

# HISTÓRIA E CULTURAS INDÍGENAS NA ESCOLA: Museu e ação cultural

Sidélia Santos Teixeira \*

Daiane Silva Carvalho \*\*

Joseane Macedo da Silva \*\*\*

## RESUMO

Este texto tem por objetivo relatar uma experiência desenvolvida na disciplina Estágio Supervisionado do curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia, na área de Ação Cultural e Educativa dos Museus. Este trabalho foi realizado em um Colégio Estadual da cidade do Salvador e baseou-se na coleta de dados referentes à dificuldade de aplicação da Lei 11.645/08, que inclui o estudo da história e cultura indígena no ensino fundamental e médio, e sobre o papel dos museus nesse processo. Os dados coletados permitiram analisar a posição dos professores, o conhecimento dos alunos sobre os povos indígenas e o impacto do trabalho de ação cultural sobre este conhecimento. Para isto, utilizou-se a observação etnográfica, aplicou-se um questionário aos estudantes e realizou-se trabalho específico no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA. As conclusões apontam para a existência de informações genéricas e superficiais sobre os povos indígenas e que os museus etnográficos podem ser utilizados como recursos eficazes para abordar tal temática. Para tanto, é recomendável a construção de ações articuladas entre as instituições museológicas e as escolas que deveriam ser fruto de políticas públicas nas áreas de educação e cultura.

**Palavras-chave:** Educação – Cultura – Indígena – Ação Cultural – Museus

## ABSTRACT

### **HISTORY AND INDIGENOUS CULTURES IN SCHOOLS: museums and cultural action**

This article aims to describe an experience carried out as part of the course “Supervised traineeship” in the Museology program of the Federal University of Bahia, in the field of Cultural and Educational Action of Museums. This research was carried out in a Public High school in the city of Salvador (Bahia, Brazil) and was based on the collection of data referring to the difficulties that arise in applying the Law 11.645/08, which includes the study of indigenous history and culture in primary and secondary education, as well as the role museums

---

\* Mestre. Professora Assistente do Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Endereço para correspondência: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Rua Professor Aristides Novis, nº 197, Federação - 40210-630 Salvador-BA. E-mail: sidelia@ufba.br

\*\* Graduanda em Museologia. Universidade Federal da Bahia. Endereço para correspondência: Rua Fonte da Caixa, nº 07, Res. Sol Nascente, Cs. 02, Vila de Abrantes - 42840-000 Camaçari-BA. E-mail: dai\_carvalho@yahoo.com.br

\*\*\* Graduanda em Museologia. Universidade Federal da Bahia. Endereço para correspondência: Rua Nova de São Bento, nº 87, Edf. Jules Rimet, apto. 604, Centro - 40040-010 Salvador-BA. E-mail: josy.kaji@oi.com.br

may play in this process. The data collected made it possible to analyze the position of teachers, the knowledge that students have about Indian peoples and the impact of cultural action on this knowledge. In order to accomplish this, the author resorted to ethnographic observation, applied a questionnaire to the students and carried out specific work at the Archeology and Ethnography Museum of the Federal University of Bahia. The conclusion points to the existence of generic and superficial information about Indigenous peoples, and suggests that the ethnographic museums may be used efficiently to cover such themes. Thus it suggests that articulated actions should be set up between museological institutions and schools, as the result of public policies in the fields of education and culture.

**Keywords:** Education – Culture – Indian – Cultural Action – Museum

## Introdução

O Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia possui em seu quadro curricular obrigatório a disciplina FCH 262 – Estágio Supervisionado, cujo objetivo principal é proporcionar aos alunos uma experiência em seu campo de atuação profissional, partindo, na maioria das vezes, de temas motivados pelos interesses dos estudantes. Este artigo pretende descrever e analisar a experiência realizada na referida disciplina.

No primeiro semestre do corrente ano, tivemos a oportunidade de desenvolver um projeto na área de ação cultural e educativa, cujo tema versava sobre o processo de aplicação da Lei 11.645/08 (JUS BRASIL, 2009), que trata da obrigatoriedade do ensino da história e das culturas indígenas nas escolas do ensino fundamental, tendo como palco de nossas observações um colégio estadual localizado no centro da cidade do Salvador. Trabalhamos com duas turmas da quinta série do ensino fundamental, do turno matutino, procurando explorar conteúdos referentes à diversidade dos grupos indígenas presentes, principalmente, no Estado da Bahia e o patrimônio arqueológico do Museu de Arqueologia e Etnologia, que registra a presença indígena em território brasileiro.

Nossa motivação para atuar na área de Ação Cultural e Educativa dos Museus reflete um grande interesse em associar ensino, museus e patrimônio cultural enquanto instrumentos pedagógicos. A propósito dessa questão, afirma Santos (1993, p. 99):

A relação entre museu e educação é intrínseca, uma vez que a instituição museu não tem como fim último apenas o armazenamento e a conservação, mas, sobretudo, o entendimento e o uso do acervo pre-

servado, pela sociedade, para que, através da memória preservada, seja entendida e modificada a realidade do presente.

De fato, estudiosos na área da Museologia, a exemplo de Cabral e Rangel (2008) e Santos (1996), vêm trabalhando sobre a necessidade de desenvolver práticas museológicas mais contextualizadas, que procurem articular educação e cultura, visando ao exercício da cidadania. Foi com esse propósito que tivemos a intenção de inserir as discussões referentes à história e às culturas indígenas na escola, utilizando um espaço museal voltado para esta temática como instrumento pedagógico.

Nossa preocupação volta-se para o fato de que o ensino dos conteúdos referentes às culturas indígenas é obrigatório nas escolas e faz parte de nossa história; entretanto, é necessário que esses conteúdos sejam explorados de forma mais crítica, analítica e contextualizada na educação escolar. Desta forma, estaremos contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica de nossa formação social e dos problemas enfrentados contemporaneamente.

Tornam-se importantes ações dessa natureza, tendo em vista que, de um lado, temos museus com acervos representativos de nossa história e cultura; de outro, as escolas que, por meio de seus professores, ministram conteúdos, muitas vezes, distantes da realidade dos alunos, não explorando possibilidades em relação ao uso de recursos didáticos que poderiam auxiliar no processo de aprendizagem, como é o caso dos museus, por exemplo.

Muitas vezes, as práticas de ensino também não são desenvolvidas pelos museus, pois suas equipes de profissionais justificam que isso é da responsabilidade da escola. Por outro lado, os docentes do

ensino fundamental não se sentem preparados e motivados para investir numa ação desta natureza. Nesse jogo de indefinições com relação a seu papel no campo educacional, os alunos perdem, os professores perdem, a escola perde, o museu perde, enfim, a educação deixa de cumprir seu real papel na sociedade.

Recentemente sancionada, a Lei 11.645/08 (JUS BRASIL, 2009) inclui, no currículo das escolas públicas e particulares de nível fundamental e médio, o ensino de história e culturas indígenas brasileira. Assim, pela primeira vez na história da educação de nosso país, a cultura indígena é inserida numa política educacional que tem como princípio o respeito à diversidade étnica e cultural desses grupos e o reconhecimento de seus saberes tradicionais, transmitidos ao longo de muitas gerações. Nesse sentido:

A reflexão sobre os povos indígenas e sobre as lições que sua história e suas concepções de mundo e de vida podem nos trazer, aliada ao exame dos modos de relacionamento que a sociedade e o Estado nacionais oferecem aos povos indígenas constituem um campo fértil para pensarmos o país e o futuro que queremos. (SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 16).

No quadro da sociedade brasileira, consideramos que a promulgação da Lei 11.645/08 (JUS BRASIL, 2009) seja da máxima importância e constitui-se em um avanço para a construção de uma compreensão sobre a história dos povos indígenas e o respeito em relação à diversidade étnica e cultural por meio da educação. Nesse sentido, a lei é de grande auxílio e, para que se cumpra seu objetivo, é preciso que os professores conheçam a realidade dos povos indígenas, sem a visão estereotipada tão amplamente difundida, como nos mostra Ângelo (2006, p. 208):

A educação escolar foi utilizada como uma ferramenta de catequização, como aliada na discriminação e na visão ideológica do 'índio', que influenciou a formação do povo brasileiro. São construções ideológicas de desvalorização da imagem do outro, feitas pelo branco europeu, que foram inseridas nos currículos escolares, e se perpetuaram por muitos séculos. Contribuindo para o massacre cultural dos povos indígenas.

Assim, os objetivos do projeto de ação cultural e educativa foram elaborados tendo como foco central a identificação de problemas e avanços no processo de aplicação do conteúdo da Lei Nº 11.645/08, por meio da identificação e análise de carências relativas aos conteúdos da história e culturas indígenas, junto aos alunos das 5as séries do ensino fundamental de uma escola da rede estadual de ensino da cidade do Salvador, conforme registrado anteriormente.

Trabalhamos, ainda, com o propósito de desenvolver uma ação integrada com o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, objetivando a utilização do seu patrimônio, preservado como instrumento de reflexão acerca da realidade dos povos indígenas.

Metodologicamente, recorreremos a um questionário e aos princípios da observação etnográfica para a coleta de dados relativos à realidade dos alunos e do cotidiano da escola.

Assim, iniciamos a exposição do conteúdo deste artigo com uma rápida reflexão acerca do posicionamento e comportamento dos professores da escola em relação ao projeto, em seguida, faremos um relato e uma análise dos dados coletados e das atividades desenvolvidas. O relato referente ao histórico do projeto e, portanto, a posição dos professores nos parece interessante, na medida em que pode fornecer subsídios para o planejamento e a execução de ações futuras relativas a essa temática.

### **Professores e a Lei Nº 11.645/08: considerações sobre a proposta inicial do projeto**

O projeto inicial tinha por objetivo desenvolver uma ação articulada com os professores das diversas disciplinas. Em síntese, procuraríamos construir meios e recursos para facilitar o aprendizado do conteúdo sobre a história e as culturas indígenas.

Considerando que a educação escolar funcionou como mecanismo de discriminação dos povos indígenas, preocupa-nos o fato de que a Lei 11.645/08 (JUS BRASIL, 2009) não contemple a capacitação dos professores, podendo ter sua eficácia comprometida na medida em que os docentes são

transmissores diretos e permanentes desse conhecimento. Esse fato conduziu-nos a pensar que o Estado supõe que os professores já estejam qualificados para abordar tal temática, possuindo instrumentos teóricos e metodológicos para desconstruir seus próprios preconceitos e estereótipos em relação aos povos indígenas e para analisar a formação histórica da sociedade brasileira quanto a sua diversidade étnica e cultural.

Também poderíamos imaginar que os professores são considerados pessoas com uma formação “plena” e que não necessitam de capacitação e atualização de conteúdos, sendo “abandonados” para lidar com uma questão complexa que envolve a reconstrução ou a inserção de uma memória e identidade que, ao longo da história, foi sendo desconstruída pelos grupos sociais dominantes.

Nesse sentido, nossa preocupação inicial volta-se para a construção de uma ação referente às necessidades e às dificuldades práticas apontadas pelos professores no cotidiano da sala de aula, envolvendo a questão indígena, procurando construir propostas de atividades conjuntas, utilizando como recurso didático o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da Universidade Federal da Bahia, conforme explicitado anteriormente.

Consideramos ainda que seria interessante trabalhar com os professores, pois esses são agentes multiplicadores do conhecimento e poderiam, no decorrer de suas programações, investir mais no desenvolvimento de atividades dessa natureza.

Contudo, no decorrer das ações desenvolvidas, constatamos uma posição ambígua por parte dos professores, que se mostravam motivados e interessados, mas, ao mesmo tempo, distantes e reticentes em relação à proposta. Em um primeiro momento, ao reconhecerem suas dificuldades em relação à aplicação do conteúdo determinado pela lei, consideraram que seria interessante desenvolver o projeto conosco. Contudo, em outras oportunidades, expressaram um forte desejo de que fosse executado com os alunos, como se fossem estes os únicos carentes de conhecimentos sobre a temática.

Nas primeiras reuniões, os professores acatarem a proposta de participar da atividade e sentiram-se motivados a desenvolver o projeto com uma equipe de uma universidade pública. Percebemos

que isso “soava” como certa valorização e uma oportunidade de adquirir conhecimentos. Pouco a pouco, entretanto, fomos constatando algumas dificuldades práticas, como, por exemplo: pouca participação nas reuniões; impedimentos para agendarmos atividades; pouco retorno em relação às solicitações feitas, a exemplo dos programas das disciplinas, para tentarmos associar os conteúdos programáticos com a exposição do Museu de Arqueologia e Etnologia, dentre outros. Atribuímos algumas dessas dificuldades, em primeiro lugar, ao receio dos professores em ter que assumir mais uma atividade; em segundo lugar, a uma certa desconfiança em relação à própria interlocução com a Universidade; e, finalmente, a uma descrença no que diz respeito à concretização das ações estabelecidas.

Durante a etapa de conclusão da programação das atividades, os professores acabaram, finalmente, conduzindo a proposta para uma ação com os alunos, como se fosse mais importante trabalhar os conteúdos propostos com eles.

De qualquer maneira, durante todo o trabalho, contamos com a participação mais ativa de dois professores, um da disciplina História, prestes a se aposentar, e o outro da disciplina Geografia. As atividades desenvolvidas com os alunos foram programadas e discutidas com a participação desses dois docentes e constituem objeto da narrativa que fazemos a seguir.

### **Trabalhando com os alunos: dados coletados e ação cultural**

Uma das etapas significativas dessa experiência foi nossa inserção no grupo, tanto dos docentes quanto dos discentes. Semanalmente, nos encontramos com os professores para debater nossas intenções e os objetivos do projeto. Apoiadas em Brandão (1982, p. 27), consideramos que “... esta aproximação, que sempre exige paciência e honestidade, é a condição inicial necessária para que o percurso de pesquisa possa, de fato, ser realizado de dentro do grupo, com a participação de seus membros enquanto protagonistas e não simples objetos.”

Assim, todas as ações foram formuladas com base na análise de dados quantitativos e qualitativos.

vos coletados junto aos alunos e professores.<sup>1</sup> A aplicação do questionário teve importância ímpar na elaboração das atividades, pois nos permitiu identificar o nível de conhecimento que os estudantes tinham em relação à questão indígena e, ao mesmo tempo, proporcionou a oportunidade de conhecer quais aspectos os alunos desejavam estudar sobre a cultura indígena.

Achamos que a aplicação de um questionário seria oportuna para auxiliar-nos a atingir os objetivos propostos. Assim, seu roteiro foi pensado para obter dados relativos à faixa etária dos alunos e o nível de conhecimento em relação aos povos indígenas, bem como sobre os interesses dos alunos em trabalhar com essa temática, desejo de conhecer um museu e, finalmente, identificar atividades que gostariam de desenvolver no conjunto do projeto.

Cinquenta e seis estudantes participaram da pesquisa, sendo 32 da 5<sup>a</sup>A e 24 da 5<sup>a</sup>B. Foi utilizado um questionário com oito questões objetivas e quatro subjetivas. Esse instrumento também foi utilizado com o objetivo de traçarmos um perfil do grupo com o qual iríamos trabalhar. Esses dados foram confrontados com as observações realizadas nos períodos em que estávamos na escola e no museu.

Nesse sentido, concebemos a ação cultural não como um “pacote” pronto a ser ofertado para um grupo de indivíduos, mas como um processo que é construído em função das necessidades e das características do grupo com o qual estamos trabalhando. Assim, consoante Coelho (1997), a ação cultural é um “[...] processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura”. Dessa forma, é oportuno expor o entendimento de R. Oliveira e D. Oliveira (1988, p. 19) sobre a ação educativa: “Pensamos que a finalidade de qualquer ação educativa deva ser a produção de novos conhecimentos que aumentem a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos.”

A análise dos dados coletados permitiu-nos constatar que a faixa etária desses alunos situa-se entre nove e dezesseis anos. Com relação ao fato de já ter estudado sobre os índios, 84% con-

firmaram que sim e 16% responderam que não. No que diz respeito à presença de índios no Brasil antes da chegada dos portugueses, 96% responderam afirmativamente e 4% que não existiam índios no Brasil.

Sobre a existência de povos indígenas na Bahia, 82% responderam que sim e 18% que estes não existem na Bahia. Questionados sobre o conhecimento que tinham sobre o nome de algum povo indígena, 73% responderam que não e 27% que sim. Solicitados a apresentar os nomes dos grupos indígenas que conheciam, citaram os seguintes: Tupi Guarani, Tupinambá, Pataxó, “Daldas”, “Guarará”, “Kuara”. Ao serem indagados se conheciam algum índio, 75% responderam que não e 25% que sim.

Em relação ao que gostariam de conhecer, a maioria dos alunos mostrou-se interessada em discutir aspectos relacionados ao cotidiano dos grupos indígenas, a exemplo de como estudam, seus costumes, como se vestem, onde dormem, o que comem, os remédios que usam, dentre outros assuntos.

Do mesmo modo, pedimos aos estudantes que fizessem um registro sobre o que achavam a respeito dos índios. Uma série de qualidades foi utilizada para defini-los: guerreiros, criativos, espertos, inteligentes, legais, cuidam da natureza, maravilhosos, esforçados.

Também achamos importante verificar a relação que o grupo possuía com os museus. Assim, indagamos se já haviam visitado algum museu, ao que 71% responderam que sim e 29% que não. Sobre o desejo de visitar um museu com objetos de povos indígenas, 98% disseram que gostariam de conhecer e apenas 2% responderam que não. Por fim, solicitamos que os alunos definissem um Museu.

Dentre as respostas apresentadas, um grande percentual define a instituição museal como um local para a guarda de objetos antigos, como se pode observar em algumas definições apresentadas pelos estudantes:

<sup>1</sup> Não conseguimos aplicar o questionário junto aos professores, devido a suas dificuldades para participar do projeto, conforme analisado anteriormente. Contudo, a observação de suas falas e ações, durante o desenvolvimento do projeto, permitiu-nos a coleta de dados.

*Um museu é um lugar com culturas antigas da Bahia.*

*Lugares onde tem passados das pessoas de antigamente.*

*É um lugar onde tem coisas antigas que fica exposto para a gente ver e aprender.*

Vale registrar que o questionário aplicado gerou uma expectativa nos alunos em relação à visita ao Museu. Eles se mostraram entusiasmados e alegres. Aproveitamos também a oportunidade para entregar aos alunos um formulário que deveria ser assinado pelos pais, com uma autorização para participarem da atividade de visita ao museu.

### **Refletindo sobre os dados e as atividades desenvolvidas**

Os dados coletados demonstram a inserção dos conteúdos referentes à história e culturas dos povos indígenas, principalmente no que se refere à presença indígena antes da chegada dos portugueses no território brasileiro, auxiliando, portanto, à constatação de que esses eram os habitantes originários do que veio a se constituir como a nação brasileira.

Contudo, a questão se complica um pouco mais em relação às informações referentes à existência de povos indígenas no estado da Bahia, ou seja, percebemos que os alunos têm conhecimento vago da existência de povos indígenas no território baiano, demonstrando também que são vistos como uma realidade distante, abstrata e até mesmo idealizada. Além disso, percebemos que os nomes de povos indígenas mencionados revelam ou sugerem certo exotismo e distância. De certo modo, acreditamos que a escola ajuda a construir uma visão afastada e generalizante dos índios, pois, na maioria das vezes, sua existência é lembrada de forma folclorizante, no dia 19 de abril. A propósito desta questão, trazemos o entendimento de Sampaio (2009, p. 1):

A escola é muito culpada por essa idéia de que não há mais índios perto de nós, porque retrata os índios no passado. Pegue um livro de História do Brasil e vai estar escrito que os índios viviam em tal aldeia, com tais costumes, tudo no passado. A razão da invisibilidade é essa cultura escolar defeituosa que temos.

Com base na análise dos dados apresentados, desenvolvemos nosso plano de ação, obedecendo aos interesses dos estudantes e tendo como base a problemática identificada sobre o ensino indígena. Nesse sentido, as ações foram estruturadas, tomando-se como base os seguintes eixos: discutir a história indígena, suas origens, processos de destruição, conquistas e avanços na atualidade; trabalhar o distanciamento que as crianças têm dos índios; desmistificar a generalidade atribuída às sociedades indígenas e discutir as especificidades dos grupos indígenas na Bahia.

A primeira ação desenvolvida com os estudantes teve como foco a Arqueologia. Procuramos evidenciar a importância dessa ciência para a recuperação da história de nossos antepassados. Dividimos essa atividade em duas partes: uma teórica, na qual foram apresentados o conceito, o objetivo e os termos relacionados ao campo da ciência arqueológica; e a parte prática, simulando um sítio arqueológico.<sup>2</sup>

Durante a atividade prática, a atitude dos alunos foi diferente. Ao contrário do que foi percebido durante a explanação teórica do assunto, verificamos que eles estavam calmos e mais atentos às explicações. Todos participaram ativamente da ação, mostrando-se bastante motivados e interessados. Pudemos perceber a importância de criarmos novas estratégias metodológicas educacionais na tentativa de despertar a atenção dos alunos.

Nossa segunda atividade foi uma visita ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia,<sup>3</sup> que teve por objetivo trabalhar com os alunos a diversidade dos povos indígenas na Bahia e também a ideia de museu. Para tanto, utilizamos a exposição permanente do MAE/UFBA, buscando refletir sobre seu acervo. Vale registrar que foram dois grupos em dias diferentes. Nosso objetivo era trabalhar com um grupo de, no máximo, 30 alunos para darmos mais atenção a suas necessidades.

<sup>2</sup> Para esta atividade, contamos com a colaboração da museóloga Rafaela Caroline Noronha Almeida.

<sup>3</sup> O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia é o único da cidade do Salvador que contempla a preservação, o estudo e a divulgação de objetos arqueológicos e etnológicos de origem indígena. Situa-se no centro histórico da cidade do Salvador, mais precisamente, no Terreiro de Jesus.

No primeiro momento, a visita foi organizada de maneira a deixar os alunos livres para percorrerem todo o espaço da exposição, procurando, com isso, evitar ansiedade com relação à visita e estimular a curiosidade em relação ao acervo exposto. Os alunos foram orientados a escolher módulos da exposição, de acordo com suas preferências, para, em seguida, constituirmos grupos que seriam monitorados por nossa equipe de trabalho.<sup>4</sup>

Durante a visita, discutimos a visão apresentada pelos alunos no questionário, acerca do museu e do índio relacionado com o passado. Com base nesses conceitos, informamos que ali eles iriam encontrar tanto objetos de povos indígenas que vivem atualmente no Brasil, quanto objetos arqueológicos pertencentes a grupos indígenas que não mais existem.

Consideramos, apoiadas em Penna (2009), que a visita consiste num processo de mediação, permitindo a formação do olhar do aluno enquanto espectador, para o exercício do ver e saber interpretar os bens culturais. Para reforçar esse processo, utilizamos duas atividades: manuseio com o barro e construção de um painel com pinturas. Escolhemos essas práticas, pois elas se relacionam diretamente com a coleção do museu, a cerâmica, bastante utilizada pelos indígenas do Brasil, e com o painel que faz referência à pintura rupestre. Assim, objetivamos uma participação dos alunos sob uma dimensão cognitiva, permitindo-lhes que, durante a execução das atividades, se apropriassem da exposição.

No momento dessas atividades com o primeiro grupo de alunos, o museu recebeu a visita de outra escola. Verificamos que esses estudantes, ao se depararem com os grupos realizando as atividades de cerâmica e pinturas esboçaram nitidamente interesse pela tarefa. Seus olhares curiosos e aguçados esperavam pelo convite, para também poder colocar a mão no barro e na tinta. A monitora, percebendo o interesse desse grupo, perguntou se gostariam de participar e a resposta foi afirmativa. Disponibilizamos os materiais necessários e os estudantes também participaram dessa atividade prática.

Os alunos, por sua vez, mostraram-se extremamente motivados, confeccionando objetos relacionados aos índios, como, por exemplo, cachimbos,

vasos, panelas, dentre outros. O grupo de estudantes que trabalhou com pintura, envolveu-se de tal maneira na confecção do painel que, em seguida, várias alunas começaram a fazer pintura nos rostos, simulando pinturas corporais indígenas. Em relação ao segundo grupo, destacamos a participação de uma aluna considerada extremamente tímida e com dificuldades de expressão oral. Ela participou de forma ativa e dinâmica, elaborando desenhos com cores escuras e sombrias. Um dos professores registrou que ela enfrenta problemas familiares, nutrindo um forte sentimento de abandono e solidão. Ao término da visita, o professor da disciplina de Geografia registrou que uma atividade dessa natureza jamais seria esquecida pelos alunos.

Com a colaboração dos professores, solicitamos, após as visitas, que os alunos elaborassem redações sobre os índios e o museu. A ideia era avaliar se os objetivos haviam sido atingidos. Registramos a seguir, alguns trechos desses depoimentos<sup>5</sup>:

*Eu vi lá muito divertida no museu, como os desenhos nas pedras [fala das pinturas rupestres representadas em painéis no MAE] nós vimos que também onde enterrava os índios como bebê, adulto e velho; eu mexi em argila e os outros escolheram pintar. Foi muito bom, a gente aprendeu as origens, porque cada tribo tem sua maneira de fazer o caixão [refere-se à urna funerária]. Lá tinha uns quadros muito bonitos, o que eu mais gostei foi o quadro do homem cobra, se eu pudesse posaria. (J.S., 5ª A).*

*Na visita ao museu Etnológico eu vi muitas coisas sobre os povos indígenas que gostei muito de saber, objetos que eles fazem com as próprias mãos, eles podem viver em lugares diferentes dos nossos, mas [eles] são gente como nós, tem um que até usa óculos de grau. Assim eles vivem sua vida não importa os costumes diferentes dos nossos, mas coisas que todos precisam observar ... (M.S.R., 5ª A).*

Durante o desenrolar das atividades com os alunos, nossa relação com os professores foi se in-

<sup>4</sup> A nossa equipe de trabalho constituiu-se da seguinte forma: professora orientadora; as duas estagiárias da disciplina FCH 262 - Estágio Supervisionado, e um monitor do Museu de Arqueologia e Etnologia, estudante de graduação em Museologia, Alberto Magno.

<sup>5</sup> Preservamos a transcrição literal.

tensificando cada vez mais. À medida que eles constatavam a motivação dos discentes e nossa persistência com o trabalho, começaram a se mostrar mais presentes, mais curiosos. Nesse processo, refletimos sobre a possibilidade de, nesse momento, realizar uma atividade com eles. Os professores envolvidos sugeriram a realização de uma palestra, que foi devidamente planejada. Convidamos um antropólogo indigenista, para realizar a palestra intitulada *História e Cultura Indígenas: Subsídios Sócio-Antropológicos para Professores*. Além da participação do corpo diretor e de uma quantidade expressiva de educadores, contamos com a presença da turma do 3º ano do ensino médio.

Após analisar a questão da diversidade cultural humana de maneira geral, o palestrante discutiu o conjunto dos preconceitos e estereótipos construídos historicamente a respeito dos povos indígenas, salientando a imensa variedade de povos e culturas ainda existentes no Brasil. Enfatizou os problemas de invisibilidade sociopolítica e cultural que afetam particularmente os índios habitantes do Nordeste brasileiro. Para ilustrar essa questão, o palestrante exibiu um documentário de 23 minutos, intitulado *As Caravelas Passam*. Logo após, solicitou que o público relatasse suas impressões. Nesse momento, o grupo demonstrou bastante interesse em discutir a questão indígena. Percebemos que um dos pontos que mais chamou a atenção do grupo, no filme, foi a enquete feita na cidade de Fortaleza, que mostrou uma visão preconceituosa e estereotipada sobre o índio.

Como última etapa da programação, foi planejada a realização de uma exposição temporária no pátio da escola com os trabalhos elaborados pelos alunos e a documentação fotográfica produzida durante o projeto. Infelizmente, em função das férias escolares e do término do semestre letivo na UFBA, essa atividade não pôde ser realizada.

Mesmo assim, os professores mostraram-se bastante envolvidos, tendo até mesmo divulgado a experiência para docentes de outras escolas do ensino fundamental e médio que chegaram a nos solicitar a reprodução das atividades em suas unidades. Além disso, fomos convidadas pelos professores a participar da elaboração do projeto político pedagógico da escola.

## Considerações finais

Com base neste trabalho, apresentamos algumas conclusões e recomendações. Com relação à recusa dos professores em participar de forma direta do projeto, isso nos faz pensar que os trabalhos no âmbito da escola também necessitam de processos mais intensos e contínuos de pesquisa, envolvendo observações criteriosas e cuidadosas. Somente desta maneira conseguiremos nos aproximar da realidade e do cotidiano dos professores, envolvidos numa dinâmica às vezes perversa que os deixa sozinhos e desamparados para lidar com a complexidade da experiência existencial dos alunos e de si mesmos. Ampliar estudos dessa natureza também poderá contribuir para a reflexão sobre essas questões e para a consequente ampliação do conhecimento sobre a temática.

Conforme apresentado neste artigo, é possível perceber que os alunos ainda têm informações generalizadas e superficiais com relação aos povos indígenas no Brasil. A análise demonstra que os índios ainda são vistos no passado, de forma distante e bastante idealizada. Isso demonstra a necessidade de continuarmos investindo em programas de ensino permanentes que possam desmistificar essa realidade. Nesse sentido, projetos como este podem auxiliar no sentido de pensar alguns caminhos a serem seguidos.

Percebemos, com base nas atividades realizadas com os alunos, que estes se sentem motivados para o processo de aprendizagem, se este for pensado de forma a propiciar o desenvolvimento de sua criatividade. É assim que concebemos o trabalho de ação cultural.

O presente estudo reafirma que uma visita guiada não é suficiente para se compor ações educativas da instituição. É preciso pensar também numa política educacional mais participativa e inclusiva. Recomenda-se também que as exposições sejam analisadas de maneira crítica, procurando apresentar versões diversificadas de nossa história por meio dos processos de mediação atualizados.

O MAE/UFBA, enquanto única instituição na cidade de Salvador que trata da temática indígena, exerce um papel importante diante dos novos desafios implicados na Lei 11.645/08, pois a educação deve ser uma das funções centrais dos museus.



Seria oportuno, talvez, investir no desenvolvimento de atividades permanentes mediante convênios com as Secretarias de Educação e Cultura, abordando a problemática aqui enfocada.

De maneira geral, consideramos que as experiências de integração no campo da educação e cultura precisam ser mais ilustradas com dados empíricos que auxiliem os professores a refletir sobre suas práticas. Nesse sentido, os estudos de caso podem fornecer subsídios para um processo de reflexão mais amplo sobre a temática em sua real complexidade.

Com a narrativa desta experiência pretendemos contribuir com as reflexões acerca do processo de aplicação dos conteúdos referentes à história e culturas indígenas nas escolas públicas e particulares dos níveis fundamental e médio, reco-

nhecendo também que é necessário ampliarmos estudos dessa natureza. Desta forma teremos condições, ou melhor, conseguiremos mais dados para investirmos na construção de políticas públicas educacionais e culturais que possam contribuir para os processos de reflexão acerca da nossa história e diversidade sociocultural.

Com este projeto, passamos a visualizar novos caminhos no campo da Museologia e hoje acreditamos que muito pode ser feito no âmbito social e da educação. Crescemos pessoal e profissionalmente. Nossas leituras, nossa vivência com os alunos e com os professores permitiram-nos descobrir um mundo novo. Na execução das atividades, aprendemos o valor da troca, do incentivo e da persistência, aspectos que sintetizam o fazer no campo da ação cultural.

## REFERÊNCIAS

- ÂNGELO, Francisca Novantino P. de. A educação escolar indígena e a diversidade cultural no Brasil. In: GRUPIONI, Luis Donisete B. (Org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília, DF: MEC; UNESCO 2006. v. 1. p. 207-215.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena”. [S.l.:s.n.]. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/93966/lei-11645-08>>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- CABRAL, Magaly; RANGEL, Aparecida. Processos educativos: de ações esparsas à curadoria. In: BITTENCOURT, José Neves (Org.). **Cadernos de diretrizes museológicas 2: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008. p. 158-168.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- OLIVEIRA Rosiska Darcy de; OLIVEIRA, Darcy de Oliveira. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 17-33.
- PENNA, Joanna. **Ação educativa na formação cultural**. Disponível em: <[http://www.judsoncastro.mus.br/acao\\_educativa/apresenta%E7%E3o.html](http://www.judsoncastro.mus.br/acao_educativa/apresenta%E7%E3o.html)>. Acesso em: 25 out. 2009.
- SAMPAIO, José Augusto. Escola só mostra índios no passado. **A Tarde**, Salvador, 6 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/vestibular/entrevistas/noticia.jsf?id=1118135>>. Acesso em: 10 abr. 2009.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Processo museológico e educação: construindo um museu didático comunitário em Itapuã**. Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996. (Cadernos de Sociomuseologia, n. 7).
- SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC, 1995. p. 15-23.

*Recebido em 25.10.09  
Aprovado em 28.10.09*